



ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - PORTARIA 97/2025

1. INFORMAÇÕES BÁSICAS

I. DADOS DO PROCESSO	
1.1 Processo:	
0005582-61.2025.6.25.8000	
1.2 Objeto:	
Contratação de pessoa jurídica para a prestação de serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe.	
1.3 Unidade Solicitante:	
Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS	
1.4 Unidade(s) Demandante(s):	
Núcleo de Inteligência e Segurança Institucionais - NIS	
1.5 Equipe de Planejamento da Contratação:	
Integrante Demandante: Moyses Dantas Teixeira e, na sua ausência, Levi Alves Mota	Unidade: NIS
Integrante Técnica(o): Levi Alves Mota e, na sua ausência, Moyses Dantas Teixeira	Unidade: NIS
Integrante Administrativa(o): Ricardo Loeser de Carvalho Filho e, na sua ausência, Valéria Maria dos Santos	Unidade: ASPLAN-SAO
1.6 Responsável pela Aprovação do Estudo Preliminar:	
Nome: Rubens Lisboa Maciel Filho ou substituta(o) designada(o).	Unidade: DG
1.7 Fiscais Previamente Indicados:	
Fiscal Técnica(o): Moyses Dantas Teixeira e, na sua ausência, Levi Alves Mota .	Unidade: NIS
Fiscal Administrativa(o): Kátia de Barros Bonfim ou substituta(o) designada(o).	Unidade: NAF
Fiscal Setorial: Não se aplica.	Unidade: Não se aplica
Gestor do Contrato: Luciano José Andrade Melo e, na sua ausência, Marcos Vinicius Santos Muniz Prado.	Unidade: COSER

2. INTRODUÇÃO

2.1 Este Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo identificar e analisar os cenários para o atendimento da demanda que consta do Documento de Oficialização da Demanda (doc. 1744232), bem como demonstrar a viabilidade técnica e econômica da(s) solução(ões) identificada(s), fornecendo as informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

2.2 Observa-se das informações registradas no DOD que a demanda se refere a serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, tratando-se, portanto, de contratação essencial à consecução dos objetivos deste Tribunal, a fim de manter o perfeito funcionamento do Órgão em suas atribuições finalísticas.

2.3 A Resolução CNJ 347/2020 estabelece que os procedimentos relativos às contratações de prestação de serviços para a realização de tarefas executivas sob regime de execução indireta devem seguir, preferencialmente, como política de boas práticas, os atos normativos que tratam da matéria editados pelo Governo Federal.

2.4 Por esta razão, a instrução deste procedimento adotará as regras da Lei 14.133/2021, os normativos editados pelo CNJ e TSE e, subsidiariamente, os regramentos ditados pelo Governo Federal.

3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

3.1 A demanda específica descrita no DOD se refere a serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe. Esses serviços são atualmente prestados por meio do Contrato 21/20 (0971043), com término previsto para 31 de dezembro de 2025.

3.2 O citado contrato, regido pela Lei nº 8.666/93, encontra-se na sua segunda prorrogação (1598262), fato que não permite mais o seu prolongamento.

3.3 Diante do exposto, torna-se necessária nova contratação dos aludidos serviços por meio da abertura de procedimento licitatório.

3.4 Dados do contrato vigente:

OBJETO	CONTRATO VIGENTE

<p>Serviços especializados e contínuos, com regime de dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância e segurança patrimonial armada e desarmada, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe.</p>	<p>Origem: Pregão Eletrônico 29/2020 (Edital 0953388, SEI 0021858-46.2020.6.25.8000).</p> <p>Contrato 21/2020 - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA PATRIMONIAL, COM POSTOS DE VIGILÂNCIA ARMADA E DESARMADA, SOB REGIME DE DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE OBRA, A SEREM PRESTADOS EM PRÉDIOS E ÁREAS UTILIZADAS PELA JUSTIÇA ELEITORAL DO ESTADO DE SERGIPE. O valor total deste Contrato é de R\$ 8.669.258,82 (oito milhões, seiscentos e sessenta e nove mil, duzentos e cinquenta e oito reais e oitenta e dois centavos) para o período de 60 (sessenta) meses, no interregno de 1º/01/2021 a 31/12/2025, conforme 5º Termo Aditivo. Os valores foram reajustados através do 6º Termo Aditivo ao contrato.</p> <p>a) Quantidades</p> <ul style="list-style-type: none">• 03 (três) postos 12X36 diurno;• 03 (três) postos 12X36 noturno;• 21 (vinte um) postos 44h. <p>b) Salários (CCT SE 000237/2024):</p> <ul style="list-style-type: none">• postos 12X36 diurno - R\$ 2.198,21 (Salário base + Periculosidade)• postos 12X36 noturno - R\$ 2.745,77 (Salário base + Periculosidade, Ad. noturno, Hora noturna reduzida, DSR ad. noturno e DSR hora noturna reduzida)• postos 44h - R\$ 2.198,21 (Salário base + Periculosidade)
---	--

3.5 Frise-se que a contratação dos postos em tela é essencial para manutenção de um ambiente seguro, adequado e confortável às atividades desta justiça especializada, mantendo a segurança das instalações prediais de todas as unidades, além de propiciar um ambiente seguro para as autoridades, servidoras(es), colaboradoras(es) e usuárias(os) do TRE-SE.

3.6 Outra razão da presente contratação é o fato de o TRE-SE não possuir, em seu quadro de pessoal, cargos efetivos com atribuições para a execução dos serviços objeto desta contratação, necessários para o regular desenvolvimento de suas atividades.

3.7 Os serviços objeto da presente contratação caracterizam-se como de natureza comum, tendo em vista que são geralmente oferecidos por diversas(os) fornecedoras(es) e são facilmente comparáveis entre si, de modo a permitir a decisão de contratação com base no menor preço, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

3.8 Os serviços a serem contratados enquadram-se nos pressupostos do Decreto 9.507/18, não se constituindo em quaisquer das atividades previstas no art. 3º do aludido Decreto, cuja execução indireta é vedada.

3.9 A prestação dos serviços não gera vínculo empregatício entre as(os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) e a Administração Contratante, vedando-se qualquer relação entre estas(es) que caracterize pessoalidade e subordinação direta.

3.10 Visando atender a demanda contida no Processo SEI 0011280-82.2024.6.25.8000, doc. 1688180, um dos postos 44h pertencente ao Fórum Aloísio de Abreu Lima (Cartórios da Capital), será convertido em 1 (um) posto 12X36 armado diurno para esta nova contratação.

4. ÁREA REQUISITANTE

4.1 Área Requisitante: NIS/COSER/SAO - TRE-SE.

4.2 Responsável: Moyses Dantas Teixeira ou substituta(o) designada(o).

5. DESCRIÇÃO DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

5.1 A contratação adotará o regime de execução indireta, na forma de terceirização, com quantidade fixa de postos, com carga horária definida de acordo com o desenvolvimento das atividades do TRE-SE e atenderá às necessidades de segurança pessoal e patrimonial.

5.2 A(O) CONTRATADA(O) e as(os) profissionais diretamente alocadas(os) para prestação dos serviços deverão atender as condições e requisitos estabelecidos nos Anexos **TERMO DE REFERÊNCIA e ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS**.

5.3 A(O) CONTRATADA(O) deverá observar as seguintes diretrizes no decorrer da execução contratual:

5.3.1 Proibir quaisquer atos de preconceito de raça, cor, sexo, orientação sexual ou estado civil na seleção de mão de obra para o quadro da empresa;

5.3.2 Disponibilizar equipe técnica qualificada para a execução das atividades relativas à contratação;

5.3.3 Indicar preposto, para conferir se as(os) ocupantes do posto cumprem ou não as atividades, as diretrizes e as obrigações estabelecidas a contento.

5.3.4 Observar a legislação trabalhista relativa à jornada de trabalho, às normas coletivas da categoria profissional e às normas internas de segurança e saúde do trabalho;

5.3.5 Treinar e capacitar periodicamente suas(seus) empregadas(os) no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como na prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços;

5.3.6 Administrar situações emergenciais de acidentes com eficácia, mitigando os impactos às(aos) empregadas(os), colaboradoras(es), usuárias(os) e ao meio ambiente;

5.4 Neste procedimento de contratação não serão admitidas:

5.4.1 A participação de empresas interessadas que se apresentem constituídas sob a forma de consórcio, tendo em vista que, para o tipo de serviço a ser contratado, comum e disponível no mercado para qualquer interessado (empresas em geral), encontram-se várias(os) fornecedoras(es) que o executam. Assim, a vedação à participação de consórcios não traz prejuízo para o certame licitatório nem cerceia a ampla concorrência. Ao contrário, a permissão para a constituição de empresas reunidas em consórcio, para o caso concreto em análise, poderia restringir a competição, na medida que a reunião de empresas que, individualmente, poderiam prestar os serviços, reduziria o número de licitantes e poderia, eventualmente, proporcionar a formação de

conluíus/cartéis para manipular os preços nas licitações.

5.4.2 A subcontratação total do objeto, sob pena de descaracterizar a própria licitação e o caráter “intuitu personae” do contrato administrativo. De igual forma, não se admite a subcontratação parcial, pois a execução das atividades que compõem os serviços contratados não deve ser realizada por fornecedora(fornecedor) distinta(o). Assim, no presente caso, o objeto contratado, por sua natureza, não é suscetível de divisão.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

6.1 No caso dos serviços em questão, não há outras soluções de mercado além da terceirização para a prestação indireta. Isso ocorre porque o TRE-SE não possui quadros funcionais específicos para executar essas atividades, o que impede o aproveitamento de recursos humanos próprios da Administração.

6.2 Quanto à prestação indireta, foi identificada a possibilidade:

6.2.1 Contratação de serviço continuado com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, onde a empresa disponibiliza funcionária(s) e/ou funcionário(s) para permanecer(em) nas dependências do TRE-SE em período integral;

6.3 Ao consultar o sistema COMPRASNET, verificou-se que a modalidade mais comum adotada pelos órgãos públicos é a contratação com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, com postos de trabalho específicos, como os exemplos a seguir:

PROCEDIMENTO LICITATÓRIO	DESCRIÇÃO DO OBJETO	MODELO ADOTADO
Pregão: 90004/2025 UASG: 389428 Lei Nº 14.133/2021 CREA - AM	Pregão Eletrônico - Contratação prestação de serviços continuados de Vigilância armada e desarmada e Segurança Patrimonial , com dedicação exclusiva de mão de obra, e monitoramento eletrônico, para o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Estado do Amazonas CREA-AM.	POSTO DIURNO / NOTURNO ARMADO / DESARMADO – Segunda-feira a domingo (12x36hs)
Pregão: 90030/2025 UASG: 80016 Lei Nº 14.133/2021 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 10ª REGIÃO - TO	Pregão Eletrônico - Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra de vigilância armada, para as unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região situadas no estado do Tocantins.	POSTO DIURNO / NOTURNO ARMADO (12X36hs / 44hs)
Pregão: 90016/2025 UASG: 80023 Lei Nº 14.133/2021 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 20ª REGIÃO	Pregão Eletrônico - Contratação de serviços continuados de vigilância patrimonial das unidades do Tribunal Regional do Trabalho da 20ª Região (TRT20) do interior do Estado de Sergipe, que compreenderá, além da mão de obra, o fornecimento de todos os equipamentos e insumos de mão de obra necessários à execução dos serviços , conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Edital e seus anexos.	POSTO DIURNO DESARMADO 44hs - SEGUNDA A SEXTA-FEIRA
Fonte: comprasnet.gov.br . Consulta em 02/09/2025. Parâmetros: Prestação de Serviços de vigilância patrimonial.		

6.4 Nestes termos, a unidade demandante/técnica reforça a necessidade da permanência da mão de obra de profissionais de vigilância patrimonial.

7. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

7.1 Ante o exposto nos itens 5 e 6 acima, considerando as necessidades levantadas neste Estudo Técnico Preliminar e os serviços existentes no mercado, a demanda deverá ser atendida mediante a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA GESTÃO DE MÃO DE OBRA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA ARMADA E DESARMADA**, a serem prestados em prédios e áreas utilizadas pela Justiça Eleitoral do Estado de Sergipe, **de forma contínua e com mão de obra residente nas instalações do TRE-SE**, nos seguintes horários e jornadas de trabalho, sem qualquer interrupção ou descontinuidade.

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DIÁRIO DOS SERVIÇOS	JORNADA SEMANAL DO POSTO DE TRABALHO	JORNADA DIÁRIA DO POSTO DE TRABALHO	PRAZO DA CONTRATAÇÃO
Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	As atividades serão executadas dentro do intervalo das 6h às 18h	12X36 (doze por trinta e seis) horas	12 horas	60 meses
Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	As atividades serão executadas dentro do intervalo das 18h às 6h	12X36 (doze por trinta e seis) horas	12 horas	60 meses
Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais	As atividades serão executadas dentro do intervalo das 8h às 17h, de segunda a quinta-feira e das 8h às 16h nas sextas-feiras	44 (quarenta e quatro) horas	09 (nove) horas, de segunda a quinta-feira e 08 (oito) horas nas sextas-feiras	60 meses

8. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES A SEREM CONTRATADAS

8.1 O quantitativo dos postos de trabalho de *vigilante* previstos para esta contratação foi definido com base na experiência adquirida em contratações anteriores, que previam: 01 (um) posto 44h desarmado para cada Zona Eleitoral do interior do Estado; 03 (três) postos 12X36h diurnos armados e 03 (três) postos 12X36h noturnos armados para a Sede do TRE-SE; 01 (um) posto 44h desarmado e 01 (um) posto 12X36h diurno armado para o Fórum Aloísio de Abreu Lima (Central de Atendimento ao Eleitor). Para este último foi feita alteração, ante às contratações anteriores, para atender a demanda indicada no **item 3.10**.

8.2 Diante do exposto, o quantitativo necessário de postos de trabalho para a presente contratação é o seguinte:

PROFISSIONAL	CÓDIGO BRASILEIRO DA OCUPAÇÃO (CBO)	QUANTIDADE DE POSTOS DE TRABALHO	PERÍODO DA CONTRATAÇÃO
VIGILANTE PATRIMONIAL	5173-30	27	60 meses

9. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1 O valor global da contratação estimado para 60 (sessenta) meses é de **R\$ 10.259.997,00** (dez milhões, duzentos e cinquenta e nove mil, novecentos e noventa e sete reais).

9.1.1 O cálculo dessa estimativa está detalhado nas tabelas dos **itens 9.2 e 9.5**.

9.1.2 O valor do salário do vigilante está atualizado segundo a CCT SE000237/2024 :

- Vigilante posto 12X36 diurno - R\$ 2.198,21 (Salário base + 30% Periculosidade)
- Vigilante posto 12X36 noturno - R\$ 2.745,77 (Salário base + 30% Periculosidade) + (Ad. noturno, Hora noturna reduzida, DSR ad. noturno e DSR hora noturna reduzida)
- Vigilante posto 44h - R\$ 2.198,21 (Salário base + 30% Periculosidade)

9.2 Previsão de Serviço extraordinário

9.2.1 Em casos excepcionais, nos períodos eleitorais, para os postos de trabalho de 44h, havendo a necessidade de prorrogação da jornada diária, sem possibilidade de compensação prevista na CCT, a hora excedente será remunerada conforme o número de horas efetivamente trabalhadas por empregado mediante a aplicação do percentual definido na respectiva convenção coletiva de trabalho.

9.2.2 Estima-se a realização da seguinte quantidade de horas extras para os postos de 44 horas, tomando como base os valores do contrato em vigor e a necessidade de funcionamento das Zonas Eleitorais nos períodos de eleição:

HORAS EXTRAS	QUANTIDADE ESTIMADA DE HORAS	VALOR/HORA (CONTRATO 21/2020)	QUANTIDADE DE PLEITOS DURANTE O PERÍODO DA CONTRATAÇÃO (60 MESES)	VALOR TOTAL
DIAS ÚTEIS E SÁBADOS	200 HORAS	R\$28,82	3	R\$17.292,00
DOMINGOS E FERIADOS	300 HORAS			R\$25.938,00
TOTAL GERAL	500 HORAS			R\$43.230,00

9.5 Resumo da estimativa da Contratação

9.5.1 Segue tabela com os valores estimados, de forma preliminar, para a contratação em tela:

ITEM DO PREGÃO ELETRÔNICO	CÓDIGO SIASG/ ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE DE POSTOS	QUANTIDADE DE VIGILANTES	VALOR MENSAL POR POSTO		VALOR DOS POSTOS (mês)	VALOR TOTAL DOS POSTOS (60 meses)
1	23795 PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE VIGILÂNCIA E SEGURANÇA - ORGÂNICA -24 HORAS DIUTURNAS	Posto de trabalho	Vigilância ARMADA 12x36 horas, DIURNO	4	8	R\$ 9.848,76		R\$ 39.395,04	R\$ 2.363.702,40
			Vigilância ARMADA 12x36 horas, NOTURNO	3	6	R\$ 12.053,82		R\$ 36.161,46	R\$ 2.169.687,60
			Vigilância DESARMADA diurna, 44 horas semanais	20	20	FÓRUM ALOÍSIO DE ABREU	R\$ 4.845,23	R\$ 94.722,95	R\$ 5.683.377,00
						4ª ZE (BOQUIM)	R\$ 4.636,93		
						8ª ZE (GARARU)	R\$ 4.687,14		
						DEMAIS ZONAS ELEITORAIS	R\$ 4.738,45		
TOTAIS			27	34	R\$ 40.810,33		R\$ 170.279,45	R\$ 10.216.767,00	

9.6 No entanto, apesar dos valores aqui estimados, os valores de referência para o pregão eletrônico serão indicados pela Seção de Análise de Compras (SEACO), mediante a elaboração da Planilha de Custos e Formação de Preços, com a observância dos parâmetros acima.

10. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO

10.1 Sugere-se realizar a contratação em um único item.

10.2 A contratação de uma só empresa para executar o serviço de vigilância é mais satisfatória do ponto de vista da eficiência técnica e gerencial. A Administração ganha em capacidade de gestão do Contrato, com instrumentos de cobrança efetiva a uma(um) única(o) mantenedora/mantenedor.

10.3 Cabe ressaltar as razões da adoção do prazo de 60 meses para a vigência da contratação:

- a) propicia vantagem econômica na medida em que as(os) licitantes se dispõem a reduzir o preço quando o prazo do contrato é superior a 12 meses.
- b) quanto maior o prazo de vigência de contratos desta natureza, maior é a segurança das empresas para ofertar seus preços, tendo em vista a estabilidade que lhes é oferecida no negócio. Assim sendo, é prevista uma maior disputa, com a expectativa de melhores preços e a participação de empresas mais bem qualificadas para prestar os serviços.
- c) permite que as(os) licitantes adquiram uniformes por um preço mais vantajoso, em razão do aumento do poder de barganha devido ao prazo maior do contrato.
- d) permite que as(os) licitantes disponham de maior prazo para amortizarem seus investimentos iniciais, gerando interesse pela disputa.
- e) permite uma melhor seleção das(os) empregadas(os) por parte da(o) CONTRATADA(O), pois há a perspectiva de maior duração do contrato, o que pode se tornar um atrativo.
- f) As(Os) empregadas(os) da(o) CONTRATADA(O) ficarão com conhecimento de diversos procedimentos e de áreas restritas do TRE-SE. Desta forma, não seria recomendada uma alta rotatividade de empresas na prestação dos serviços.
- g) o acompanhamento mensal por meio de instrumento de avaliação dos serviços permite que o TRE rescinda o contrato na hipótese de prestação dos serviços abaixo dos parâmetros acordados pelas partes contratantes. Esta medida possibilita à Administração avaliar periodicamente a qualidade da execução da contratação e eventualmente não mais continuar a prestação dos serviços.

10.4 Desta forma, recomenda-se que o procedimento de contratação para atender a demanda adote a modalidade Pregão, na forma eletrônica, com julgamento pelo critério de MENOR PREÇO DO ITEM para a licitação, considerando o prazo de 60 meses.

11. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO

11.1 O alinhamento da contratação com o planejamento estratégico do órgão é essencial para o alcance de resultados efetivos para a organização, assim como para a entrega de resultados à sociedade. Essa visão consagra a logística como uma aliada da organização, uma vez que não há como cingir o alcance da missão institucional e a implementação de políticas públicas sem uma logística adequada e estruturada que lhe dê suporte.

11.2 Sob a perspectiva de resultados para a sociedade, a prestação dos serviços descritos no item **1.2** tem impacto na qualidade do serviço da Instituição, pois propicia ambiente adequado e seguro, garantindo o bem estar tanto do público interno quanto do público externo.

11.3 Esta contratação está integrada ao Planejamento Estratégico 2021/2026 do TRE-SE, atrelada aos fundamentos dos Macrodesafios:

Macrodesafio 2 - Fortalecimento da relação institucional da Justiça Eleitoral com a Sociedade, incluído na Perspectiva de Sociedade. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE garantir a segurança nas suas instalações;

Macrodesafio 7 - Aperfeiçoamento da Gestão Administrativa e da Governança Judiciária incluído na Perspectiva de Processos Internos. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE possuir ambiente favorável ao desempenho das atividades;

Macrodesafio 9 - Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira, incluído na Perspectiva de Aprendizagem e crescimento. A análise de cenários caracteriza como força o fato do TRE/SE possuir disponibilidade orçamentária satisfatória e Plano Anual de Contratações.

11.4 Outrossim, a realização de "renovação de vigência" da contratação atual não será possível devido ao esgotamento do prazo legal, com termo final previsto para 31/12/2025.

12. BENEFÍCIOS A SEREM ALCANÇADOS COM A CONTRATAÇÃO

12.1 A contratação dos serviços mencionados trará os seguintes benefícios ao TRE-SE:

- a) preservar a segurança de todas as unidades;
- b) promover o funcionamento adequado da Instituição;
- c) Salvarguardar a integridade de servidores e bens patrimoniais nas unidades, diante do recrudescimento dos índices de violência; e
- d) Propiciar ambiente de trabalho seguro para que a execução da atividade fim da Justiça Eleitoral ocorra normalmente.

12.2 Cabe ressaltar que a fiscalização técnica do contrato avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR) para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

13. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS

13.1 Não se vislumbra a necessidade de adoção de providências pela administração previamente à celebração do contrato, tendo em vista que o TRE-SE já dispõe de estrutura (ambiente físico, mobiliário, materiais e equipamentos) para execução dos serviços a serem contratados.

14. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

14.1 Considerando as informações do presente estudo, entende-se que a presente contratação se configura tecnicamente VIÁVEL.

15. RESPONSÁVEIS

15.1 O Estudo Técnico Preliminar foi elaborado pela Equipe de Planejamento da Contratação indicada no item 1.5. Na elaboração do ETP, os integrantes demandante, técnica(o) e administrativa(o) atuaram em estrita conformidade com as competências/atribuições de cada um, sendo responsáveis, respectivamente, pelos aspectos funcionais e técnicos da solução e pelos aspectos administrativos da contratação.

Documento assinado eletronicamente

Moyses Dantas Teixeira

Integrante Demandante

Documento assinado eletronicamente

Levi Alves Mota

Integrante Técnico

Documento assinado eletronicamente

Ricardo Loeser de Carvalho Filho

Integrante Administrativo

VALIDO as condições, parâmetros e elementos descritivos constantes deste Estudo Técnico Preliminar.

Documento assinado eletronicamente

LUCIANO JOSÉ DE ANDRADE MELO

Coordenadoria da Unidade Demandante - COSER



Documento assinado eletronicamente por **MOYSÉS DANTAS TEIXEIRA, Chefe de Núcleo**, em 24/10/2025, às 15:58, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LEVI ALVES MOTA, Técnica(o) Judiciária(o)**, em 24/10/2025, às 16:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **RUBENS LISBÔA MACIEL FILHO, Diretor(a)-Geral**, em 29/10/2025, às 14:30, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO JOSÉ ANDRADE MELO, Coordenador(a)**, em 30/10/2025, às 11:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **VALÉRIA MARIA DOS SANTOS, Assessor(a)**, em 30/10/2025, às 12:15, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.tre-se.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1766104** e o código CRC **F1D08E15**.